

A CÁRITAS

10 – A pessoa portadora de deficiência

P. *Boa noite. Voltamos ao vosso encontro com a Cáritas Diocesana que, esta tarde, na sequência do programa anterior, vem falar-nos dos problemas relacionados com as pessoas portadoras de deficiência. Um problema social que nem sempre tem tido a melhor atenção por parte do Estado e, também, da sociedade civil.*

Dada a natureza deste tema, pergunto ao Elicídio Bilé:

- Porque é que a Cáritas, em dois programas consecutivos, faz esta abordagem?

- Não é uma preocupação que cabe, sobretudo, ao Estado?

R. Boa noite. Respondendo, de imediato, à sua pergunta quero dizer-lhe que, não obstante a responsabilidade fundamental de sanar as condições que levam ao aparecimento de deficiências, e de fazer frente às consequências das deficiências recaia sobre o Estado, isso não diminui a responsabilidade da sociedade em geral, nem das pessoas individualmente, nem das organizações.

É por isso que a Cáritas Diocesana está aqui, a partilhar as suas preocupações com as pessoas que são portadoras de qualquer tipo de deficiência e que, por esse facto, muitas delas são marginalizadas.

P. *Mas a situação é assim tão grave? Existem muitas pessoas com deficiência?*

R. A situação é de facto preocupante. Para lhe dar uma ideia, existem no mundo mais de 500 milhões de pessoas com deficiências mentais, físicas ou sensoriais, às quais devem ser reconhecidos os mesmos direitos e dar-lhes oportunidades iguais aos de todos os outros seres humanos.

Muito frequentemente, essas pessoas são obrigadas a viver em condições de desvantagem, devido a inúmeras barreiras físicas e sociais que impedem a sua plena participação. O resultado é que, em todo o mundo, crianças e adultos vivem marcados pela segregação e pela degradação das suas condições de vida. Diria mesmo, usurpadas dos seus mais elementares direitos de cidadania.

Na sequência da sua pergunta direi o seguinte: devem ser os governos a despertar a consciência dos cidadãos quanto aos benefícios que seriam alcançados com a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, em todas as esferas da vida social.

P. Mas, concretamente, qual pode ser o papel da Cáritas na ajuda para se eliminarem estas situações?

R. É uma boa pergunta. A Cáritas, assim como outras organizações não governamentais, podem prestar ajuda concreta a estas pessoas pelo acolhimento, pelo encaminhamento e posterior acompanhamento, mas podem também colaborar com o Estado de diversas formas: na formulação de necessidades e sugerindo soluções adequadas ou oferecendo serviços complementares àqueles que são fornecidos pelos governos.

No caso da Cáritas, e a título de exemplo, temos uma actividade muito importante: reunimos com regularidade as Cáritas Diocesanas de cada uma das regiões – Norte, Centro, Sul e Lisboa com as regiões autónomas, constituindo um Observatório Social para analisarmos os diversos casos que chegam ao nosso atendimento social.

Todos os casos de difícil solução e para os quais não existem respostas, nem do Estado, nem de outros organismos, muitos deles relacionados com as problemáticas das pessoas com deficiência, são por nós trabalhados e, com algumas propostas ou sugestões de solução, são apresentados aos

diversos departamentos governamentais e, eventualmente, à Assembleia da República, para possível enquadramento legislativo. Isso já aconteceu em algumas situações, como por exemplo, na regulamentação do “Rendimento Mínimo Garantido”, hoje, “Rendimento Social de Inserção” para o qual o Dr. Acácio Ferreira Catarino, então Presidente da Cáritas Portuguesa, apresentou várias propostas que foram tidas em conta na formulação do diploma que regulamentou a referida prestação.

P. Pode dar-nos exemplos de casos que aparecem no atendimento social da Cáritas e que poderão ser objecto de sugestão ao Estado?

R. Sim, entre outros, problemas de subnutrição, de contaminação ambiental, de falta de higiene, de assistência pré e pós-natal insuficiente, de doenças sexualmente transmissíveis ou, ainda, as transmissíveis por outros agentes, como a água não tratada e contaminada por diversos agentes.

P. E é possível encontrar respostas apropriadas?

R. Eu penso que poderiam ser encontradas algumas soluções. Por exemplo, recomendar aos Estados Membros das Nações Unidas que utilizem ao máximo os seus recursos para fins pacíficos, inclusive a prevenção da deficiência e o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência. É essencial que todas as nações incluam, nos seus planos de desenvolvimento global, medidas imediatas para a prevenção da deficiência, a reabilitação das pessoas com deficiência e a igualdade de oportunidades.

P. Mas, num mundo onde a igualdade de oportunidades, por exemplo, entre homens e mulheres ainda não é conseguida, não é

mais difícil falar de igualdade de oportunidades entre pessoas portadoras de deficiência e as restantes pessoas?

R. De facto assim parece. Mais uma vez fica claro que se trata de uma questão cultural, de renovação das mentalidades, se quisermos, de falta de objectividade e sensibilidade social.

Para se alcançar os objectivos da “igualdade” e da “participação plena”, não bastam medidas de reabilitação voltadas para a pessoa portadora de deficiência. A experiência tem demonstrado que, e em grande medida, é o meio que determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida quotidiana das pessoas.

A pessoa vê-se relegada à invalidez quando lhe são negadas as oportunidades de que dispõe a comunidade em geral e que são necessárias aos aspectos fundamentais da vida, inclusive a vida familiar, a educação, o trabalho, a habitação, a segurança económica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, as actividades religiosas, os relacionamentos afectivos e sexuais, o acesso às instalações públicas, a liberdade de movimentação e o estilo geral de vida diária.

Por vezes, as sociedades cuidam somente das pessoas que estão em plena posse de todas as suas faculdades físicas e mentais.

***P.** De facto isso é visível. Quer dar-nos algum exemplo das queixas mais frequentes?*

R. A maioria dos exemplos que referi anteriormente é relatada nos nossos atendimentos. Mas, os exemplos mais explícitos foram referidos no programa anterior, relativamente à mobilidade das pessoas nos espaços urbanos, à circulação e estacionamento automóvel, às barreiras arquitectónicas que existem, à indiferença da comunidade em geral, à

discriminação na procura de emprego e à falta de respostas nos atendimentos dos diversos serviços públicos.

P. *Para além destes aspectos em que a pessoa deficiente é ignorada ou esquecida, não acha que existe, também, uma imagem muito redutora e deturpada das pessoas com deficiência.*

R. É verdade e é por isso mesmo que hoje quisemos falar sobre os problemas das pessoas portadoras de deficiência, porque aquilo que delas se deve esperar é que desempenhem o seu papel na sociedade e cumpram as suas obrigações do mesmo modo em que o fazem os restantes cidadãos.

A imagem das pessoas portadoras de deficiência depende de atitudes sociais baseadas em diversos factores e que podem constituir a maior barreira para a participação e para a igualdade.

É costume ver a deficiência como: a bengala, as muletas, os aparelhos auditivos e as cadeiras de rodas, sem se ver a pessoa. Contudo aquilo que importa é focalizar a capacidade da pessoa deficiente, e não as suas limitações.

P. *Por tudo o que acaba de referir e, tendo em conta a experiência da Cáritas, a que factores atribui o aparecimento de tantos casos de deficiência?*

R. As causas são as mais variadas. De entre elas poderemos destacar: as guerras, as suas consequências e outras formas de violência e destruição como a fome, a pobreza, as epidemias e os grandes movimentos migratórios.

Mas também a elevada proporção de famílias carentes e com muitos filhos; as habitações superpovoadas e insalubres e a falta de condições de higiene.

Para além disso, outros factores como a aculturação, o analfabetismo, a falta de informação em matéria de serviços sociais, assim como medidas sanitárias e educacionais contribuem para o aparecimento da deficiência.

Podemos também considerar a falta de conhecimentos exactos sobre a deficiência, as suas causas, prevenção e tratamento; a falta de recursos, as distâncias geográficas e as barreiras sociais.

E ainda os acidentes na Indústria e na Agricultura e o flagelo dos acidentes de trânsito, para além das catástrofes naturais.

P. *Podemos inferir desse rol de causas possíveis, que o factor pobreza está subjacente a muitos deles?*

R. A relação entre deficiência e pobreza está claramente demonstrada. Se o risco de deficiência é muito maior entre os pobres, a recíproca também é verdadeira.

P. *Quer explicitar melhor?*

R. Sim. Dou-lhe um exemplo: o nascimento de uma criança com deficiência ou o aparecimento de uma deficiência numa pessoa da família pode significar uma carga pesada para os limitados recursos dessa família e afecta a sua moral, afundando-a ainda mais na pobreza.

O efeito conjunto desses factores faz com que a proporção de pessoas deficientes seja mais elevada nas camadas mais carentes da sociedade.

Por esta razão, o número de famílias carentes atingidas pelo problema aumenta continuamente em termos absolutos.

P. *Quais são os efeitos sociais desse desequilíbrio, e como poderiam ser atenuados?*

R. Os efeitos dessas tendências constituem sérios obstáculos ao processo de desenvolvimento dos povos, das pessoas deficientes e das nações.

Com os conhecimentos teóricos e práticos existentes, seria possível evitar que se produzam muitas deficiências e incapacidades, assim como, auxiliar as pessoas portadoras de deficiência a superar ou a melhorar as suas condições e colocar os países em condições de eliminar as barreiras que excluem essas pessoas do convívio social e das rotinas do quotidiano.

P. *E quanto ao problema do desemprego e da entrada no mercado de trabalho?*

R. Como sabemos, no nosso país o desemprego atingiu uma das mais elevadas taxas dos últimos anos. Este flagelo atinge toda a população, até aqueles que possuem qualificações académicas mais elevadas, mas as maiores vítimas são as pessoas portadoras de deficiência.

Hoje, nega-se emprego a muitas pessoas com deficiência ou, simplesmente, dá-se-lhes empregos subalternos e mal remunerados. E isso acontece apesar de estar demonstrado que, com um trabalho adequado de valorização, de treino e de colocação, a maior parte das pessoas com deficiência pode realizar uma ampla gama de tarefas, muitas vezes, com melhores resultados que outros trabalhadores.

P. *No caso português, como referiu, quando o desemprego cresce, as grandes vítimas são as pessoas com deficiência. Existe alguma razão para que isso aconteça?*

R. As razões são diversas, muitas delas de ordem sociológica, mas que eu não vou, nem consigo aqui, explicar.

Mas repare. Em períodos de desemprego e de crise económica, as pessoas com deficiência são, normalmente, as primeiras a serem despedidas e as últimas a serem contratadas.

Hoje, um grande número de pessoas deficientes, sobretudo nos países e nas regiões menos desenvolvidas, vive em zonas rurais.

Quando a economia familiar está baseada na agricultura ou outras actividades próprias do meio rural e existe a tradicional família ampliada, pode-se confiar tarefas úteis a quase todas as pessoas deficientes. Mas, à medida que aumenta o número de famílias que abandonam as regiões rurais e vão para os centros urbanos e a família alargada se desintegra, a situação das pessoas com deficiência, quanto à falta de oportunidades de trabalho, torna-se ainda mais grave.

Esta é uma razão, entre muitas outras.

P. Penso que muita coisa importante foi, hoje, aqui aflorada. Para terminar peço-lhe que nos refira alguns dos aspectos sociais associados à problemática da pessoa portadora de deficiência!

R. A participação plena nas unidades básicas da sociedade – isto é, na família, no grupo social e na comunidade – é a base da experiência humana, conforme dissemos no programa anterior em que falámos da família.

O direito à igualdade de oportunidades de participação está consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e como tal, deve ser aplicado a todos, sem excluir as pessoas deficientes. Mas o que acontece é que se costuma negar aos deficientes a oportunidade de participar plenamente das actividades do sistema sócio-cultural em que vivem. Essa exclusão deve-se, em grande medida, às barreiras materiais, sociais e culturais nascidas da ignorância, da indiferença e do medo.

Por força dessas barreiras, costuma ser difícil ou até impossível, que as pessoas portadoras de deficiência mantenham relacionamentos estreitos e íntimos com as outras pessoas.

É frequente que as pessoas qualificadas de “deficientes” fiquem à margem do casamento e da paternidade, mesmo quando não existe nenhuma limitação para isso.

Muitas pessoas deficientes não estão, apenas, excluídas da vida normal das suas comunidades, mas estão também, confinadas em instituições.

É baseado em toda esta reflexão e denúncia que deixo a seguinte mensagem final:

Não continuemos a olhar aquele que é portador de deficiência como o “coitadinho”, o “enfeitado”, o “inútil”...

O Homem é um ser em construção e as deficiências que cada um de nós transporta, porque não são visíveis, são muitas vezes mais inibidoras de criar uma melhor atmosfera social do que aquelas que são visíveis e transportadas por pessoas chamadas “deficientes”.

Não sejamos nós os “cegos”, porque esse tipo de cegueira é que causa o conflito.

E, para terminar, uma frase de “Helen Keller” de quem já todos ouvimos falar e que é bem elucidativa:

“Eu, que sou cega, posso dar uma sugestão aos que vêem - um conselho àqueles que deveriam fazer completo uso do dom da vista:

- Servi-vos dos vossos olhos como se amanhã fôsseis cegar.

O mesmo princípio é válido para os outros sentidos:

- Ouvi a música das vozes, o canto de uma ave, os poderosos acordes de uma orquestra, como se amanhã fôsseis vítimas de surdez.

- Tocai em tudo o que desejais tocar, como se amanhã viésseis a ficar privados da faculdade do tacto.

- Aspirai o perfume das flores, saboreai com deleite os vossos alimentos, como se amanhã perdêsseis o olfacto e o paladar."

Se esta frase de Helen Keller fosse escutada, viveríamos certamente num mundo melhor.

Na verdade, só poderemos compreender os deficientes, se formos capazes de os amar, de olhar para eles como iguais, se compreendermos as suas limitações.

Se o fizermos, seremos mais felizes, nós e eles também.

P. Terminamos desta forma mais um programa da responsabilidade da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco.

Boa noite para todos.

Portalegre, 11 de Julho de 2007

Elicídio Bilé